

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 6 ***Workshop de Estudos Medievais da*** ***Universidade do Porto, 2017***

COORDENADORES

André Silva

CITCEM – Universidade do Porto

CIDEHUS – Universidade de Évora

Carlos Teixeira

CITCEM – Universidade do Porto

João Martins Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Leandro Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Mariana Leite

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Porto, 2018

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-54104-2-2

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

F

Instituto de Filosofia



U. PORTO

 **AEFLUP**

Ficha técnica

Título: Incipit 6. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2017

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2018

ISBN: 978-989-54104-2-2

Capa: Flávio Miranda

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

À procura de um sentido: tradições discursivas no Fundo João Martins Ferreira¹

Fernando Jorge Cruz Mouta
Universidade do Porto

Resumo

João Martins Ferreira foi um importante mercador e autarca portuense dos finais dos séculos XV e inícios do século XVI. Atualmente o seu nome designa um importante fundo documental depositado no Arquivo Histórico Municipal do Porto, constituído por pergaminhos provenientes do que se acredita ter sido o seu arquivo pessoal. Mas e se esta não for a história toda? Será que estes pergaminhos não são a expressão de uma mesma oficina de escrita que tinha, para este período, João Martins Ferreira como principal cliente? Com base no método das tradições discursivas procuramos obter um melhor conhecimento sobre este acervo documental e assim conseguir dar um maior sentido à sua organização atual, assim como possíveis respostas às nossas incertezas.

Palavras-chave:

João Martins Ferreira; Porto; tradições discursivas

Abstract

João Martins Ferreira was an important merchant and city councilor in the city of Oporto at the end of the fifteenth century and the beginning of the sixteenth century. Nowadays his name designates an archival fund at the Municipal Historical Archives of that city. This fund is constituted by parchments thought to come from his own private archive. But what about if this is not the complete story? Is it possible that these parchments were made in the same writing workshop and João Martins Ferreira was only their main client? Based in the method of discursive traditions we seek to obtain a better knowledge about this set of documents and its current organization, as well as possible answers to our uncertainties.

Keywords:

João Martins Ferreira; Oporto; discursive traditions

INTRODUÇÃO

É um lugar-comum afirmar-se que um historiador torna o passado presente. No entanto, esta é uma visão redutora e um pouco falaciosa. A função de um historiador é dar aos interessados uma interpretação do passado cientificamente válida, assente numa metodologia clara e perfeitamente compreensível. Neste processo de construção do conhecimento é cada vez mais importante a multidisciplinariedade dos saberes. Não se pretende que cada um de nós saiba tudo sobre todas as coisas, mas que pelo menos tenha consciência sobre outras áreas de saber e que possua espírito aberto para todos os contributos que delas possa receber a sua investigação. Como todo o historiador, partimos de um problema: ao estudar os documentos do Fundo João Martins Ferreira, depositado no Arquivo Histórico Municipal do Porto, surgiu-nos a possibilidade de ele se encontrar erradamente designado, nomeadamente pela discrepância e heterogeneidade da documentação incluída. Será possível estarmos perante uma mesma oficina de escrita e que o mercador portuense era somente o seu cliente principal?

Na senda desta pesquisa, pareceu-nos pertinente utilizar o máximo possível de abordagens. Uma abordagem possível é identificar uma tradição discursiva através do estudo da linguística contida nos documentos para afirmar a existência de uma origem comum. Claro que essa origem comum pode não ter nada a ver com a nossa hipótese de uma mesma oficina de escrita, mas se a tradição discursiva identificada for única e exclusiva ao fundo documental estudado, então essa possibilidade ganha uma força

¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/19116/>

redobrada. Primeiro, escolhemos uma tipologia documental com boa representatividade e com possibilidade de ser testada com documentos provenientes de outras origens. De seguida, lemos todos os documentos e, a partir de uma divisão do seu conteúdo em atos discursivos, procuramos identificar a existência de uma tradição discursiva e confirmar, por comparação com outros documentos, se ela é ou não exclusiva deste fundo documental. Para além disto, fizemos também um pequeno levantamento e estudo de alguns fenómenos linguísticos que se tornaram evidentes na transcrição documental. Assim, identificámos o momento histórico em que se dá a metátese da flexão verbal “saibam”. É com esta pesquisa que a partir de agora se explana com mais detalhe, que esperamos conseguir responder à nossa premissa inicial de investigação, para além de contribuir, da forma mais modesta possível, para um maior conhecimento da nossa língua.

JOÃO MARTINS FERREIRA, MERCADOR-CAVALEIRO¹

João Martins Ferreira nasceu no Porto cerca de 1445. Seguiu as pisadas do pai e embrenhou-se no mundo do comércio de grosso trato. Sabemos com certeza que tinha a ilha da Madeira como destino de negócios, como tal é muito provável que fosse um mercador de açúcar, o ouro branco da altura. Se assim foi, então também é quase certo que visitasse Lisboa para fazer negócios. Afinal, o seu filho primogénito era moço de câmara do rei D. Manuel I. Também é plausível que não se tenha limitado ao território nacional e que tenha ido a Bruges, um dos destinos preferenciais de todos os grandes comerciantes da urbe portuense. As suas relações tinham negócios com esta cidade e a devoção da sua capela fúnebre aparenta mostrar uma ligação com esta cidade da Flandres. Para além do açúcar, este mercador portuense aparenta ter também comecado ferro ou peças manufaturadas neste metal e ter tido interesses no comércio do vinho da cidade. Sabemos com certeza que teve sucesso no seu mester, já que a dimensão do seu morgadio, instituído em 1491, demonstra uma impressionante pujança patrimonial.

Casado três vezes, embora tenha tentado esconder o seu primeiro casamento, João Martins Ferreira teve 12 filhos, quatro rapazes e oito raparigas, bastante tarde na sua vida e somente da sua última mulher. Os seus casamentos mostram uma estratégia de ascensão social, já que todas as suas mulheres vão sendo cada vez mais relevantes socialmente. Continua essa estratégia na educação do seu primogénito (educado na Corte em Lisboa), nas profissões escolhidas para os restantes filhos (carreiras de armas e clérigos) e nos casamentos de todas as suas filhas (um investimento de vulto devido aos dotes obrigatórios que as acompanhavam). Elas casam com famílias de nobreza regional (forma de alicerçar o prestígio da linhagem) ou com ligações comerciais (reforço do negócio familiar). Era cidadão do Porto e possivelmente fidalgo, já que usufruiu dos privilégios de fidalguia, nomeadamente ter escudo de armas. O seu filho primogénito atingiu esse patamar, já que é sempre designado cavaleiro do rei na documentação. Até o seu perfil de investimento demonstra essa pretensão pois é proprietário de muito imobiliário rural no termo do Porto. A posse da terra tem, por esta altura, uma forte componente de afirmação social e critério indispensável a quem pretendia aceder aos patamares da nobreza. Até a sua morte serve de afirmação desta estratégia de afirmação social, como o demonstra a instituição da sua capela fúnebre.

João Martins Ferreira ficou conhecido para a História como autarca da cidade, tendo desempenhando todos os cargos da administração concelhia na sua longa carreira política (mais de 25 anos). Embora tenha começado de forma reticente, já que só toma posse do seu primeiro cargo (procurador do concelho) sob ameaça de multa e obrigado

¹ Nesta curta nota biográfica seguimos: Fernando Mouta, *João Martins Ferreira, Mercador-Cavaleiro*, [Dissertação de Mestrado], (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017). Acedido em setembro de 2017. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/105938/2/202552.pdf>

pelo seu estatuto de cidadão, tem um começo fulgurante. Queixa-se e pretende mudar o *status quo*. Desde denunciar aqueles que, sendo vizinhos do Porto, apelam ao rei para serem agraciados com cargos concelhios, até à desorganização da governança, quase tudo serve para demonstrar que com ele as coisas nunca mais iriam ficar na mesma. Eventualmente, este fulgor inicial dá lugar ao pragmatismo da vida corrente, já que ele próprio vai faltar a reuniões por causa dos seus negócios. Vai adaptar-se perfeitamente a esta elite do poder, pois vemos que nos anos seguintes percorre todos os lugares da administração concelhia, desde almotacé a vereador, chegando inclusive a juiz do concelho. Este percurso autárquico é mostra do poder e prestígio de João Martins Ferreira na cidade e também uma mostra da sua personalidade. Morre entre março de 1514 e março de 1515, deixando um legado que sobreviveu até aos dias de hoje na cidade, através da existência do palacete e capela da família Ferreira.

Mas porquê nomear este mercador portuense de mercador-cavaleiro? Há já muitos anos o historiador Vitorino Magalhães Godinho definiu um novo tipo social criado pelo processo de expansão ultramarina portuguesa: o cavaleiro-mercador. Estamos a falar de nobres, educados na cultura da guerra e da honra, que, postos em lugares de destaque da administração da Coroa nos novos territórios ultramarinos e graças a uma série de contingências, passam a olhar para os seus palcos de influência sob um prisma económico e mercantil perfeitamente de acordo com as diretrizes do Estado central. Mas João Martins Ferreira não parte como cavaleiro. Ele foi um mercador de açúcar e ferraria que, graças aos lucros do seu negócio, ganha uma projeção patrimonial impressionante. É eleito para a administração concelhia. Se ao início se mostra relutante em assumir este papel, com o tempo vemos a sua gradual adaptação aos meandros da política local e aos benefícios económicos e sociais que este poder traz. E por esta altura, quem tem poder, dinheiro e não é fidalgo só aspira a tornar-se fidalgo. E daí todo um projeto de vida e morte de forma a tornar real esta nobreza para si e para os seus. E assim compreendemos como é que um mercador tenta tornar-se cavaleiro. E o círculo completa-se.

O FUNDO DOCUMENTAL

O Fundo João Martins Ferreira foi constituído a partir de 1995, com a compra de 93 pergaminhos relativos a este mercador pela Câmara Municipal do Porto e depositados no Arquivo Histórico Municipal. Estes pergaminhos, provenientes do espólio familiar dos herdeiros do último visconde de Vilarinho de S. Romão, estavam à venda no mercado livreiro e antiquário pelo menos desde 1994. Não sendo a totalidade do arquivo, já que se conhecem outros pergaminhos em posse de outras entidades, pensamos (e pensam os serviços camarários portuenses responsáveis pela sua compra) ser a grande maioria da documentação em posse da família Ferreira relativa às suas propriedades e morgadio que sobreviveram às vicissitudes dos séculos. São 93 unidades documentais, a maioria relativa a atos de compra, venda e empraçamento de propriedades urbanas e rurais,¹ todas em língua vulgar. Há, no entanto, algumas delas que não têm nenhuma relação com o mercado imobiliário, nomeadamente cartas de quitação, ou que, à primeira vista, nada têm a ver com João Martins Ferreira e sua família. O arco temporal dos documentos vai de 1317 a 1548, com maior incidência no último quartel do século XV e primeira década do século XVI. Todos os pergaminhos passaram por um processo de restauro pelo departamento competente do Arquivo Histórico, tendo sido posteriormente classificados, ordenados e descritos. Para uma maior facilidade de consulta, foram todos digitalizados, estando este fundo disponível através da página web do arquivo, utilizando o projeto informático Gestão Integrada dos Sistemas de Arquivo (GISA).

¹ Manuel Luís Real, “Introdução”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 7-11.

Ao procurar responder às perguntas iniciais deste projeto de investigação parece-nos pertinente e relevante tentar estabelecer se existe uma tradição discursiva¹ contida nos vários documentos do fundo, demonstrando-se assim uma constância e estabilização que dotará de uma argumentação mais sólida às nossas conclusões finais. Para efeitos deste estudo, foi escolhida a tipologia documental mais representada no fundo, as escrituras de venda, com 56 unidades documentais. Para além da riqueza da amostragem, a escolha desta tipologia abrange um arco temporal de mais de 200 anos (de 1317 a 1540), o que permite uma análise diacrónica com alguma profundidade.

As escrituras de venda (à época designadas “cartas” ou “estromentos” de venda²), atendendo ao seu tipo jurídico, são contratos de transferência de domínio.³ Nos casos em estudo foram todas feitas por tabeliães do Porto e seu termo. Os tabeliães são pessoas públicas (pois cumprem uma função de utilidade pública) cuja função incluía a redação de documentos por mandado judicial ou a pedido das partes. Estes documentos, pela natureza da função pública do tabelionato e para adquirir validade, deviam obedecer a uma forma regulamentada de produção. Como forma de assegurar a autenticidade material dos documentos, estes tinham de ser redigidos a partir de uma nota⁴ prévia que, após corroboração pelas partes envolvidas e pelo tabelião, conseguiam a sua validade e eficácia plena.⁵

Assim sendo, a lista sumariada das escrituras de venda utilizadas neste estudo é a seguinte (de referir que a numeração agora apresentada será utilizada em todas as tabelas apresentadas como referência aos respetivos documentos):

1. Escritura de venda de uma quinta e de um casal situados na freguesia de Fajozes, julgado da Maia⁶
1317/12/09, Tabelião: Afonso Romães.
2. Escritura de venda de uma herdade situada no lugar de Fonte Boa, termo de Ferreira⁷
1359/11/05, Tabelião: Afonso Vicente.
3. Escritura de venda de casas na Rua dos Mercadores⁸
1396/08/26, Tabelião: Afonso Rodrigues.
4. Escritura de venda de um pardieiro na Rua da Lada⁹
1397/05/29, Tabelião: João Garcia.
5. Escritura de venda de casas na Rua de São Nicolau¹⁰
[1402/09/06], Tabelião: Gonçalo Anes.
6. Escritura de venda de umas leiras e herdades situadas em Fajozes, terra da Maia¹¹

¹ Johannes Kabatek define tradição discursiva como a repetição de um texto, ou de uma forma textual, ou de uma maneira particular de escrever ou falar, que adquire valor simbólico próprio, e que podem ou não perdurar ao longo da história dos géneros textuais (Johannes Kabatek (ed.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas* (Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert Iberoamericana, 2008), 7-16).

² O termo carta provém da designação do meio (inicialmente papiro, depois pergaminho) em que se fixava um escrito destinado a produzir efeitos jurídicos e é sinónimo de documento (Marcelo Caetano, *História do Direito Português* (Lisboa: Faculdade de Direito, 1941), 210).

³ Ricardo Seabra, *Publicus tabellio in civitatis portugalensis, estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*, [Dissertação de Mestrado], (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 45-46.

⁴ “A nota é uma redacção negocial abreviada, onde deviam ser incluídas a data, a lista de testemunhas presentes à declaração de vontade negocial expressa pelas partes e o resumo do negócio escriturado” (Bernardo Sá Nogueira, *Tabelionato e instrumento público em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008), 111)

⁵ Nogueira, *Tabelionato*, 17-18.

⁶ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457669/>?

⁷ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457571/>?

⁸ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/427138/>?

⁹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/428674/>?

¹⁰ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/426794/>?

¹¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457671/>?

- 1413/04/03, Tabelaio: Pedro Afonso.
7. Escritura de venda de casas na Rua da Sapataria¹
1417/03/13, Tabelaio: Diogo Alvares.
8. Escritura de venda de um casal situado na freguesia de Fornos²
1419/11/06, Tabelaio: Pedro Afonso.
9. Escritura de venda de duas casas situadas em Vila Nova de Gaia³
1430/07/12, Tabelaio: Vasco Gil.
10. Escritura de venda de um terreno situado em Massarelos⁴
1444/08/22, Tabelaio: Afonso Gil.
11. Escritura de venda de casa na Rua da Lada⁵
1447/10/12, Tabelaio: Afonso Gonçalves.
12. Escritura de venda de um pardieiro e de um eixido situados na Rua dos Mercadores⁶
1449/12/11, Tabelaio: Ferno Vicente.
13. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua dos Mercadores⁷
1459/09/19, Tabelaio: Joao Barbosa.
14. Escritura de venda de uma quebrada situada em Santiago de Figueiro de Aguiar de Sousa⁸
1470/12/21, Tabelaio: Ferno Vicente.
15. Escritura de venda de um casal situado na freguesia de Duas Igrejas, terra de Besteiros⁹
1472/06/09, Tabelaio: Rui Gonçalves.
16. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua da Lada¹⁰
1472/09/24, Tabelaio: Ferno Vicente.
17. Escritura de venda de uma azenha situada em Calquim, na freguesia de Santa Maria de Avioso, julgado da Maia¹¹
1472/11/27, Tabelaio: Lourenço Pires.
18. Escritura de venda de herdades situadas em São Romo de Aguiar de Sousa¹²
1475/07/15, Tabelaio: lvares Anes de Landim.
19. Escritura de venda de casas situadas na Rua dos Mercadores¹³
1476/12/16, Tabelaio: Rodrigo Anes.
20. Escritura de venda de umas casas na Rua das Aldas¹⁴
[1477/04/11], Tabelaio: Pedro Luís.
21. Escritura de venda de casas situadas na Rua dos Mercadores, Miragaia e na Praça da Ribeira¹⁵
1477/12/02, Tabelaio: Lourenço Pires.

¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/431759/?>

² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458472/?>

³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457522/?>

⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456157/?>

⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/424779/?>

⁶ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456245/?>

⁷ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456258/?>

⁸ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/425404/?>

⁹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457573/?>

¹⁰ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456316/?>

¹¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/426398/?>

¹² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/425087/?>

¹³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456414/?>

¹⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457135/?>

¹⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456490/?>

22. Escritura de venda de parte de umas casas-torres situadas na Rua dos Mercadores¹
1477/12/20, Tabelião: Pedro Álvares de Landim.
23. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua da Fonte Taurina²
1483/08/02, Tabelião: João Barbosa.
24. Escritura de venda de parte de umas casas e de um pardieiro situados na Rua da Lada³
1484/06/19, Tabelião: João Barbosa.
25. Escritura de venda do casal do Pombal, em Massarelos⁴
1484/10/11, Tabelião: Pedro Fernandes.
26. Escritura de venda de uma azenha e dois casais situados em Calquim, terra da Maia⁵
1485/02/11, Tabelião: Pedro Fernandes.
27. Escritura de venda de umas casas na Rua da Bainharia e na Rua da Lada⁶
[1485/03], Tabelião: Pedro Luís.
28. Escritura de venda de casais, uma azenha e uma vinha situados em Calquim e São Romão, terra da Maia⁷
1487/02/12, Tabelião: João Barbosa.
29. Escritura de venda de uma casa na Rua dos Mercadores⁸
1487/04/26, Tabelião: Pedro Fernandes.
30. Escritura de venda de umas casas situadas em Miragaia, junto da Porta Nova⁹
1487/10/01, Tabelião: Rodrigo Anes.
31. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua da Lada¹⁰
1488/09/05, Tabelião: João Barbosa.
32. Escritura de venda de um pardieiro situado na Rua da Lada¹¹
1489/05/22, Tabelião: Pedro Fernandes.
33. Escritura de venda da renda do casal de Paçô, na freguesia de São Pedro de Avioso, terra da Maia¹²
1489/08/26, Tabelião: Pedro Fernandes.
34. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua dos Banhos¹³
1489/08/26, Tabelião: Pedro Fernandes.
35. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua de Belomonte¹⁴
1489/11/21, Tabelião: Pedro Fernandes.
36. Escritura de venda de uma herdade situada em Vila Tinta e Figueiró¹⁵
1489/12/10, Tabelião: Pedro Fernandes.
37. Escritura de venda dos casais de Ferreiros, de Sá e de Vila Verde, na Maia¹⁶
1490/02/01, Tabelião: Pedro Fernandes.
38. Escritura de venda de casas situadas na Rua de Trás da Areia, em Vila Nova de Gaia¹⁷

¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456494/?>

² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456576/?>

³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456608/?>

⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456614/?>

⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457700/?>

⁶ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456637/?>

⁷ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457757/?>

⁸ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456682/?>

⁹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456696/?>

¹⁰ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456175/?>

¹¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456760/?>

¹² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458780/?>

¹³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458782/?>

¹⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456768/?>

¹⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457577/?>

¹⁶ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457766/?>

¹⁷ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457524/?>

- 1490/02/03, Tabelião: Pedro Fernandes.
39. Escritura de venda de umas casas situadas na Rua da Lada¹
1490/04/23, Tabelião: Pedro Fernandes.
40. Escritura de venda de parte da quinta da Portela, situada em São Martinho das Carvalhas, termo de Barcelos²
1490/06/04, Tabelião: Pedro Fernandes.
41. Escritura de venda de um alqueire de pão do casal de Paçô, situado em São Pedro de Avioso, na Maia³
1490/06/10, Tabelião: Pedro Fernandes.
42. Escritura de venda de metade de umas casas na Rua da Lada⁴
1490/10/29, Tabelião: Pedro Fernandes.
43. Escritura de venda de casas situadas na Rua de São Nicolau⁵
1492/07/04, Tabelião: João Barbosa.
44. Escritura de venda de um quinto do casal do Souto, situado em São Romão de Vermoim, na Maia⁶
1496/03/22, Tabelião: Pedro Fernandes.
45. Escritura de venda de um quarto de um casal situado em São Romão, na Maia⁷
1497/01/25, Tabelião: Pedro Fernandes.
46. Escritura de venda do casal de Paradela, em São Miguel de Entre ambas as Aves, termo de Barcelos⁸
1499/03/26, Tabelião: Fernão Gomes.
47. Escritura de venda de parte de umas casas situadas na Bainharia⁹
1502/03/05, Tabelião: Pedro Fernandes.
48. Escritura de venda de um terço de umas casas situadas em Vila Nova de Gaia¹⁰
1502/04/20, Tabelião: João Barbosa.
49. Escritura de venda de uma herdade em Vila Cova, freguesia de Sanfins¹¹
1502/08/05, Tabelião: Pedro Fernandes.
50. Escritura de venda de uma quinta situada em Capela das Medas, julgado de Aguiar de Sousa¹²
1503/11/28, Tabelião: Pedro Fernandes.
51. Escritura de venda de casas situadas na Rua dos Mercadores¹³
1506/12/17, Tabelião: Rui de Coiros.
52. Escritura de venda de umas casas na Rua da Bainharia¹⁴
1510/03/23, Tabelião: Rui de Coiros.
53. Escritura de venda de casa na rua ao pé da Mancebia¹⁵
1510/05/01, Tabelião: Pedro Fernandes.

¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456780/?>

² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458474/?>

³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458050/?>

⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456794/?>

⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/456854/?>

⁶ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458061/?>

⁷ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458081/?>

⁸ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458478/?>

⁹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457062/?>

¹⁰ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457527/?>

¹¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457581/?>

¹² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457591/?>

¹³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457068/?>

¹⁴ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457141/?>

¹⁵ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457371/?>

54. Escritura de venda de um terreno situado no lugar de Vila Tinta, em Santiago de Figueiró, julgado de Aguiar de Sousa¹
1515/03/22, Tabelião: Rui de Coiros.
55. Escritura de venda de uma bouça situada no couto do mosteiro de Leça²
152?, Tabelião: João Lourenço.
56. Escritura de venda de metade de umas casas na Rua da Bainharia³
1540/01/21, Tabelião: João Veloso.

ANÁLISE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Perfeitamente identificado e caracterizado o nosso universo da amostra, segue-se o estudo interno de cada um dos documentos. No processo de identificação (ou não) de uma tradição discursiva nas escrituras de venda contidas no Fundo João Martins Ferreira dividimos os textos em vários atos discursivos, seguindo a lógica seguinte:

Ato Discursivo 1 – Invocação à divindade;

Ato Discursivo 2 – Tipologia do documento;

Ato Discursivo 3 – Data e local;

Ato Discursivo 4 – Identificação do(s) vendedor(es) e expressão da vontade de venda;

Ato Discursivo 5 – Identificação do(s) comprador(es);

Ato Discursivo 6 – Identificação do objecto de venda e confrontações;

Ato Discursivo 7 – Direitos adquiridos pela compra do objecto;

Ato Discursivo 8 – Preço de venda;

Ato Discursivo 9 – Admissão do recebimento do valor do preço (não importa de que forma) e transferência da autoridade sobre o objecto vendido;

Ato Discursivo 10 – Obrigação dos vendedores não contestarem a venda e defenderem o comprador de possíveis embargos no futuro;

Ato Discursivo 11 – Assunção pelo comprador das obrigações presentes e pedido de expedição da(s) escritura(s) de venda como garante legal;

Ato Discursivo 12 – Rol de testemunhas presentes;

Ato Discursivo 13 – Assunção pelo tabelião da feitura do documento e validação legal através do seu selo.

A tabela que se segue dá-nos exemplos de excertos relevantes para a identificação de cada ato discursivo anteriormente discriminado:

Ato Discursivo	Excertos
D1	. “Em nome de Deus amem”
D2	. “... carta de venda virem...” . “...carta de pura e firme venda pera todo sempre antre os vivos valledoira virem...”
D3	. “... que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesus Cristo... na cidade do Porto nas cassas da morada de... “ . “... que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Cristo... em a cidade do Porto no Paaço dos Tabeliães...”
D4	. “... parecerom presentes... venderom e fezerom vender...” . “... ambos pressentes estamos do noso propyo moto e livre vontade e cerpta sabedorrya... fazemos e outorgamos carta de pura vemda deste dia pera todo sempre amtre vivos valedoira...”

¹ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/457667/?>

² <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458665/?>

³ <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/458646/?>

D5	. “... a... pera ele e por seus herdeiros soceores e pera quem lhes aprouver...” . “... a vos... pera todos vossos erdeiros e pera quem vos aprouguer...”
D6	. “... nas casas feitas na dita cidade... que partem... e diamte rua puprica...” . “...o nosso casal de... na freguesia de... terra de... termo da dicta cidade...”
D7	. “... e lhe venderom asi... com entradas saidas pertemças...” . “... fazia venda con todas suas pertenças emtradas saidas novas antigas...”
D8	. “... e lhe fezerom asy esta venda por preeço...” . “... melhor poderem aver por certo preço com sua revora...”
D9	. “... que logo receberom peramte mim tabeliam e testemunhas... e loguo se desemvestirom de toda pose temça propiedade senhorio que atee ora em as ditas casas tinham...” . “...toda nosa vontade sem mingoa algua porque todo loguo recibi... E renunciamos de nos todo direito rezam auçam de senhorryo propadade tença que nos avemos...”
D10	. “... se obrigaram teerem comprirem esta venda contra ela nom irem amte lha fazerem boa e de paz de quasquer pesoas que lhe em ela algum embargo poserem...” . “... prometia... numqua em algum tempo viram contra esta carta de venda em parte nem em todo em juizo nem fora delle...”
D11	. “... E ficou o aluger do presente anno com... e mandarom asi seer fectas hũa e mais cartas de venda.” . “E de todo esto o dicto conprador pidio as cartas que lhe conpryrem e os dictos vendedores lhas mandaram dar...”
D12	. “Testemunhas que a esto foram presentes...” . “Testemunhas que pressemtes foram...”
D13	. “E eu tabaliam sobredicto que a esto em minha presente pessoa fui o fiz esperar asy espredi asinei do meu puprico sinall que tal he.” . “Eu... puprico tabeliam por el Rey nosso senhor em a dicta cidade e termos que a todo pressemte fuy, esto per outorgua dos dictos vendedores esto espredy e aqui meu synall fiz que tall he.”

Identificados os atos discursivos nas cartas de venda, construímos a tabela:

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
1.	1317/12/09	Afonso Romães	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
2.	1359/11/05	Afonso Vicente	✓	x	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	D3 após D10.
3.	1396/08/26	Afonso Rodrigues	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
4.	1397/05/29	João Garcia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Posse após D13.

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
5.	[1402/09/06]	Gonçalo Anes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D3.
6.	1413/04/03	Pedro Afonso	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
7.	1417/03/13	Diogo Álvares	✓	[...]	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Posse após D13.
8.	1419/11/06	Pedro Afonso	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
9.	1430/07/12	Vasco Gil	✓	✓	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	Nota de dívida após D4; D5 após D8; posse após D13.
10.	1444/08/22	Afonso Gil	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
11.	1447/10/12	Afonso Gonçalves	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
12.	1449/12/11	Fernão Vicente	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D10.
13.	1459/09/19	João Barbosa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
14.	1470/12/21	Fernão Vicente	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11; posse após D13.
15.	1472/06/09	Rui Gonçalves	✓	✓	o	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D10.
16.	1472/09/24	Fernão Vicente	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4; posse após D13.
17.	1472/11/27	Lourenço Pires	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
18.	1475/07/15	Álvaro Anes de Landim	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
19.	1476/12/16	Rodrigo Anes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	o	✓	✓	D3 após D10; D11 após D9.
20.	[1477/04/11]	Pedro Luís	[...]	✓	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D5 após D6; posse após D13.
21.	1477/12/02	Lourenço Pires	✓	✓	✓	✓	o	✓	✓	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	D6 após D4; venda por pregão.
22.	1477/12/20	Pedro Álvares de Landim	✓	✓	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D6 após D4.
23.	1483/08/02	João Barbosa	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11; posse após D13.

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
24.	1484/06/19	João Barbosa	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11; posse após D13.
25.	1484/10/11	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
26.	1485/02/11	Pedro Fernandes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4.
27.	[1485/03]	Pedro Luís	x	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração antes D4.
28.	1487/02/12	João Barbosa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
29.	1487/04/26	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
30.	1487/10/01	Rodrigo Anes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4; posse após D13.
31.	1488/09/05	João Barbosa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	Posse antes D12
32.	1489/05/22	Pedro Fernandes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	[...]	✓	[...]	Procuração após D4.
33.	1489/08/26	Pedro Fernandes	[...]	[...]	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
34.	1489/08/26	Pedro Fernandes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
35.	1489/11/21	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	[...]	[...]	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11; posse após D13.
36.	1489/12/10	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
37.	1490/02/01	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
38.	1490/02/03	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
39.	1490/04/23	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11; posse após D13.
40.	1490/06/04	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
41.	1490/06/10	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
42.	1490/10/29	Pedro Fernandes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; posse após D13.
43.	1492/07/04	João Barbosa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4.
44.	1496/03/22	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
45.	1497/01/25	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
46.	1499/03/26	Fernão Gomes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
47.	1502/03/05	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
48.	1502/04/20	João Barbosa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
49.	1502/08/05	Pedro Fernandes	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4; Transferência da autoridade após D10.
50.	1503/11/28	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
51.	1506/12/17	Rui de Coiros	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
52.	1510/03/23	Rui de Coiros	✓	✓	✓	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓	[...]	✓	[...]	

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
53.	1510/05/01	Pedro Fernandes	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Transferência da autoridade após D10; D3 após D11.
54.	1515/03/22	Rui de Coiros	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	*	✓	✓	Procuração após D4.
55.	152?	João Lourenço	[...]	[...]	[...]	✓	✓	✓	*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
56.	1540/01/21	João Veloso	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D4.

Legenda: ✓ – “Ocorrência”; * – “Não ocorrência”; o – Ver Observações; [...] – Documento truncado

Analisando a tabela e a distribuição dos atos discursivos verificamos que existe uma constância assinalável para todos os documentos em estudo, independentemente da data da sua produção. O único ato discursivo que mais foge à norma estrutural por nós definida é o D3 (data e local), que tanto pode aparecer no início como no final do documento, mesmo antes das testemunhas presentes (D12), e à nomeação do tabelião e validação pelo seu selo (D13). Observado o corpo documental que se estende por um período de mais de 200 anos, e pela enorme semelhança estrutural entre todos eles, podemos afirmar que é inegável referir que estamos perante a existência de uma tradição discursiva bem identificada. Sem dúvida que o texto destas escrituras de venda está bem definido e estabilizado.

A partir da análise do conteúdo textual podemos afirmar que o discurso presente nestes documentos tem um teor prescritivo (com ordens formais, como por exemplo a obrigatoriedade dos vendedores não poderem contestar posteriormente a venda) e não prescritivo. É também rico em heterogeneidade discursiva, com claras intenções comunicativas (o tabelião, a mando dos vendedores, produz uma carta de venda para entregar aos compradores, para que estes possam ter um comprovativo do negócio efetuado). Estas práticas discursivas remetem-nos para uma situação de interação específica entre o tabelião, vendedores e compradores. Pela sua omnipresença na documentação coeva, a fixação de uma ação diária (a compra e venda de propriedades) em palavra escrita mostra-nos um elevado índice de vinculação dos meios de comunicação ao contexto histórico. É por isso que podemos afirmar a íntima ligação entre a produção linguística e a sociedade medieval portuguesa, sendo esta a fundamentação essencial das tradições discursivas, um meio caminho entre a língua e o contexto histórico. À tradição discursiva atribui-se o sentido de relacionar um texto (neste caso a venda de propriedades expressa na ocorrência do verbo “vender”) com uma realidade, sendo que, por mais que essa realidade fosse evoluindo ao longo dos séculos do nosso estudo, sempre se manteve ancorada numa tradição textual muito estabilizada, embora com algumas atualizações da norma.

De seguida, verificamos se esta tradição discursiva é exclusiva (ou não) do fundo documental estudado. Para isso utilizamos um conjunto de escrituras de venda provenientes de outros fundos documentais. A escolha e organização destes outros documentos está expressa na lista que se segue:

57. Escritura de venda de dois herdamentos, um em Safara e outro na várzea de Ardila¹
1290.03.06, Tabelaio: Juan Dominguez.
58. Escritura de venda de uma casa nos arrabaldes de Setúbal²
1321/06/24, Tabelaio: Estevão Anes.
59. Escritura de venda de três peças de vinha e almoínha na Romeira, termo de Almada³
1328/12/16, Tabelaio: Domingos Martins.
60. Escritura de venda de uma casa em Setúbal⁴
1336/07/17, Tabelaio: João Peres.
61. Escritura de venda de uma vinha no Lavradio, Ribatejo⁵
1382/01/28, Tabelaio: Gil Gonçalves.
62. Escritura de venda de uma casa na cerca do castelo de Alcácer⁶
1387/04/25, Tabelaio: Martim Anes.
63. Escritura de venda de umas casas em Faro⁷
1399/10/03, Tabelaio: Fernando Esteves.
64. Escritura de venda de um pardieiro em Alcácer⁸
1407/12/11, Tabelaio: Afonso Lourenço.
65. Escritura de venda do couto de Guardão, na comarca da Beira⁹
1408/10/21, Tabelaio: Martim Vasques.
66. Escritura de venda de umas casas na freguesia de S. Nicolau, em Lisboa¹⁰
1428/04/18, Tabelaio: Pero Álvares.
67. Escritura de venda de umas casas na freguesia de S. Tomé, em Lisboa¹¹
1431/10/12, Tabelaio: Afonso Guterres.
68. Escritura de venda de herança na Chamusca e Cançadas, termo de Santarém, e em Orgens, termo de Viseu¹²
1443/08/17, Tabelaio: Estácio Lourenço.
69. Escritura de venda de umas casas no Bairro dos Escolares em Lisboa¹³
1443/10/01, Tabelaio: Fernão Gonçalves.
70. Escritura de venda de umas casas na freguesia de S. Salvador, em Santarém¹⁴
1444/10/20, Tabelaio: Diogo Coelho.

¹ Transcrição em Luís Adão da Fonseca *et al*, “A comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554)”, *Militarium Ordinum Analecta*, n^o14 (2013): 88-91.

² Transcrição em Paula Pinto Costa (coord.), “Livro dos copos”, Volume I, *Militarium Ordinum Analecta*, n^o7 (2006): 418.

³ Transcrição em *Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1960), Volume I, 160-162.

⁴ Transcrição em Costa, “Livro”, 432.

⁵ Transcrição em *Monumenta*, Vol. I, 259-260.

⁶ Transcrição em *Ibid.*, 256-257.

⁷ Transcrição em *Ibid.*, 358-361.

⁸ Transcrição em *Ibid.*, 264-266.

⁹ Transcrição em *Monumenta*, Vol. I, 320-322.

¹⁰ Transcrição em “*Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1961), Volume III, 200-202.

¹¹ Transcrição em *Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1962), Volume IV, 2-4.

¹² Transcrição em *Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique, 1967), Volume VIII, 91-95.

¹³ Transcrição em *Monumenta*, Vol.VIII, 99-100.

¹⁴ Transcrição em *Ibid.*, 224-226.

Aplicando ao texto de cada uma das escrituras de venda desta lista a mesma divisão em atos discursivos, construímos a tabela seguinte:

Nº	Data	Tabelião	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Observações
57.	1290/03/06	Juan Dominguez	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	Texto em castelhano; D3 após D10.
58.	1321/06/24	Estevão Anes	✓	×	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	D3 após D13.
59.	1328/12/16	Domingos Martins	✓	o	o	✓	✓	✓	✓	✓	o	✓	×	✓	✓	D2 após D6; D3 após D10; posse e autoridade após D10.
60.	1336/07/17	João Peres	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	D3 após D10.
61.	1382/01/28	Gil Gonçalves	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
62.	1387/04/25	Martim Anes	×	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	D3 após D10.
63.	1399/10/03	Fernando Esteves	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procurações após D4.
64.	1407/03/01	Afonso Lourenço	×	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	Aforamento após D3;
65.	1408/10/21	Martim Vasques	×	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
66.	1428/04/18	Pero Álvares	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
67.	1431/10/12	Afonso Guterres	✓	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
68.	1443/08/17	Estáçiao Lourenço	×	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Procuração após D12.
69.	1443/10/01	Fernão Gonçalves	×	✓	o	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	D3 após D11.
70.	1444/10/20	Diogo Coelho	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	×	✓	✓	Procuração após D4.

Legenda: ✓ – “Ocorrência”; × – “Não ocorrência”; o – Ver Observações; [...] – Documento truncado

Como podemos ver, na sua generalidade, a estrutura desta tradição discursiva mantém-se, mesmo quando analisados documentos provenientes de fundos e autores diversos. Verificamos, no entanto, uma menor ocorrência do ato discursivo D1 (invocação à divindade) e uma maior prevalência do ato discursivo D3 (data e local) mesmo antes da nomeação das testemunhas presentes (D12). No entanto, pensamos que estas observações não invalidam a conclusão de que, na generalidade, a estrutura se mantém e, com isso, confirma-se a presença da mesma tradição discursiva. Isto confirma

o afirmado anteriormente pelos estudos consultados, pois as escrituras de venda, pela natureza da função pública do tabelionato e para adquirir validade, deviam obedecer a uma forma regulamentada de produção.¹

Para a confirmação ou não da hipótese de investigação, esta última tabela demonstra claramente que não é possível encontrar uma estrutura própria à tradição discursiva das escrituras de venda contidas no Fundo João Martins Ferreira. Assim sendo, a resposta à nossa pergunta inicial de pesquisa é parcialmente respondida afirmativamente: existe uma tradição discursiva nas escrituras de venda do Fundo João Martins Ferreira mas ela não é exclusiva aos documentos deste fundo. Como tal, teremos de formular outros caminhos de investigação para demonstrar possíveis ligações profissionais entre os tabeliães autores de documentos partes deste Fundo.

Formas Linguísticas

Analisada a estrutura das escrituras de venda, passamos agora à análise das formas linguísticas e de alguns fenómenos que se tornaram evidentes à medida que os documentos foram lidos e transcritos. Todas as conclusões relativas às formas linguísticas são retiradas da análise da tabela que se segue:

Nº	Data	Tabelião	Sabham	Saibham
1.	1317/12/09	Afonso Romães	✘	✘
2.	1359/11/05	Afonso Vicente	✓	
3.	1396/08/26	Afonso Rodrigues	✓	
4.	1397/05/29	João Garcia	✓	
5.	[1402/09/06]	Gonçalo Anes	✓	
6.	1413/04/03	Pedro Afonso	✓	
7.	1417/03/13	Diogo Álvares	[...]	[...]
8.	1419/11/06	Pedro Afonso	✓	
9.	1430/07/12	Vasco Gil		✓
10.	1444/08/22	Afonso Gil	✓	
11.	1447/10/12	Afonso Gonçalves	✓	
12.	1449/12/11	Fernão Vicente		✓
13.	1459/09/19	João Barbosa		✓
14.	1470/12/21	Fernão Vicente		✓
15.	1472/06/09	Rui Gonçalves		✓
16.	1472/09/24	Fernão Vicente		✓
17.	1472/11/27	Lourenço Pires		✓
18.	1475/07/15	Álvaro Anes de Landim	[...]	[...]
19.	1476/12/16	Rodrigo Anes		✓
20.	[1477/04/11]	Pedro Luís		✓
21.	1477/12/02	Lourenço Pires		✓
22.	1477/12/20	Pedro Álvares de Landim		✓
23.	1483/08/02	João Barbosa		✓

¹ Nogueira, *Tabelionato*, 17-18.

24.	1484/06/19	João Barbosa		✓
25.	1484/10/11	Pedro Fernandes		✓
26.	1485/02/11	Pedro Fernandes		✓
27.	[1485/03]	Pedro Luís		✓
28.	1487/02/12	João Barbosa		✓
29.	1487/04/26	Pedro Fernandes		✓
30.	1487/10/01	Rodrigo Anes		✓
31.	1488/09/05	João Barbosa		✓
32.	1489/05/22	Pedro Fernandes		✓
33.	1489/08/26	Pedro Fernandes	[...]	[...]
34.	1489/08/26	Pedro Fernandes		✓
35.	1489/11/21	Pedro Fernandes		✓
36.	1489/12/10	Pedro Fernandes		✓
37.	1490/02/01	Pedro Fernandes		✓
38.	1490/02/03	Pedro Fernandes		✓
39.	1490/04/23	Pedro Fernandes		✓
40.	1490/06/04	Pedro Fernandes		✓
41.	1490/06/10	Pedro Fernandes		✓
42.	1490/10/29	Pedro Fernandes		✓
43.	1492/07/04	João Barbosa		✓
44.	1496/03/22	Pedro Fernandes		✓
45.	1497/01/25	Pedro Fernandes		✓
46.	1499/03/26	Fernão Gomes		✓
47.	1502/03/05	Pedro Fernandes		✓
48.	1502/04/20	João Barbosa		✓
49.	1502/08/05	Pedro Fernandes		✓
50.	1503/11/28	Pedro Fernandes		✓
51.	1506/12/17	Rui de Coiros		✓
52.	1510/03/23	Rui de Coiros		✓
53.	1510/05/01	Pedro Fernandes		✓
54.	1515/03/22	Rui de Coiros		
55.	152?	João Lourenço	[...]	[...]
56.	1540/01/21	João Veloso		✓

Legenda: ✓ – “Ocorrência”; ✕ – “Não ocorrência”; [...] – Documento truncado

Claramente expressa na tabela, foi detetada uma evolução na flexão do verbo saber, “sabham” (deve ler-se “sábiam”), que, com o passar dos anos, se transforma em “saibham” (deve ler-se “saibam”). A partir de uma análise pragmática diacrónica, verificamos a existência de uma metátese por atração da tónica, ou seja, há uma transposição da vogal de uma sílaba (neste caso, o “i” em “bh”) para a sílaba anterior que é a sílaba tónica. Esta evolução está claramente documentada no nosso universo de amostra entre os anos 1430 e 1449. A partir deste último ano, a conjunção “saibham” implanta-se definitivamente na documentação produzida pelos variados tabeliães e o seu

uso permanece constante até ao documento mais recente em estudo, com datação de 1540. O termo atual “saibam” é claramente o resultado de uma evolução linguística diacrónica e o fenómeno agora descrito é a identificação num momento sincrónico de uma dessas transições, algo muito raro de se conseguir identificar.¹

CONCLUSÃO

Aqui chegados, resta-nos recompilar as informações conseguidas através deste processo de investigação. Relembramos que a premissa inicial que guiou este percurso prendia-se com a tentativa de arranjar forma de demonstrar uma certa unidade no corpo documental escolhido. Esta unidade, definida pelo Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto com base na ligação direta ou indireta de cada documento com o mercador portuense João Martins Ferreira não satisfazia a nossa avaliação pessoal após contacto com cada um dos documentos do fundo documental. Em vez disso aventamos a possibilidade destes documentos terem sido produzidos por tabeliães com uma ligação profissional entre eles.

Escolhida a tipologia documental mais representativa do fundo, as escrituras de venda, procedemos à identificação dos atos discursivos relevantes em cada um dos documentos de forma a conseguirmos determinar a tradição discursiva neles contida. Depois de identificada essa tradição discursiva, procedemos à mesma análise para outras escrituras de venda provenientes de outros fundos documentais para sabermos se a tradição discursiva identificada é ou não exclusiva do fundo. Pelos dados coligidos, verificamos que é uma tradição discursiva comum a todas as escrituras de venda por nós consultadas. Assim sendo, a resposta à nossa hipótese inicial não pode ser respondida através do processo de identificação de uma tradição discursiva nas escrituras de venda do Fundo João Martins Ferreira. Esta conclusão não faz com que a dúvida se tenha dissipado, mas esta terá de ser clarificada através de outros caminhos de investigação.

¹ Queremos agradecer à Professora Doutora Clara Barros (FLUP) a validação desta descoberta.